

NOTAS BIOGRÁFICAS E ABSTRACTS

15 DE SETEMBRO DE 2021

KEYNOTE SPEECH

João Gomes Cravinho, Ministro da Defesa Nacional

Nota biográfica

João Titterington Gomes Cravinho nasceu em Lisboa em junho de 1964.

Doutorado em Ciência Política, pela Universidade de Oxford, e com Mestrado e Licenciatura pela London School of Economics, foi Embaixador da União Europeia no Brasil, desde agosto de 2015, tendo desempenhado o mesmo cargo na Índia entre 2011 e 2015. Entre março de 2005 e junho de 2011, foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, nos XVII e XVIII Governos Constitucionais.

Anteriormente, exerceu atividade de docência enquanto Professor de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e Professor Convidado no ISCTE e na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Desempenhou funções de Consultor do Instituto de Defesa Nacional, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Comissão Europeia e do Banco Mundial. Entre 2001 e 2002 presidiu ao Instituto da Cooperação Portuguesa. Concluiu o curso Leadership for Senior Executives na Harvard Business School em abril de 2018. Foi relator para o Sector Judicial, Missão do Banco Mundial em Timor-Leste (Joint Assessment Mission for East Timor), 1999. No mesmo ano, foi coordenador e membro de uma missão de observadores internacionais à consulta popular em Timor-Leste. Autor do livro «Visões do Mundo» (2002), publicou numerosos artigos em revistas académicas especializadas e em jornais sobre temas relacionados com política de defesa, cooperação e relações internacionais.

Foi Ministro da Defesa Nacional do XXI Governo Constitucional, desde outubro de 2018.

EUROPA

MODERAÇÃO: Maria Carrilho, *Movimento Europeu*

Nota Biográfica

Licenciada em Sociologia pela Universidade de Roma, frequentou a École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), tendo iniciado a vida profissional em Itália como jornalista. Investigadora e doutorada em Sociologia pelo ISCTE, onde prestou provas de agregação na área de Sociologia Política.

Enquanto professora catedrática no ISCTE leccionou matérias relacionadas com questões políticas e de segurança e coordenou o curso de Mestrado em Sociedades e Políticas Europeias. Tem desenvolvido actividade académica internacional, nomeadamente em universidades europeias e americanas, participado em numerosos congressos, júris e projectos de investigação.

Deputada à Assembleia da República e deputada ao Parlamento Europeu. Tem desempenhado cargos directivos e executivos em várias associações e organizações não governamentais. Autora de vários livros e muitas dezenas de artigos, co-autora e autora de capítulos em obras colectivas publicadas em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente sobre temas de defesa, transição política e opinião pública.

UE-UK: o relacionamento pós-Brexit

António Goucha Soares, ISEG

Nota Biográfica

Antonio Goucha Soares earned his PhD degree in Law at the EUI, Florence, after graduating from the Lisbon Law School and the College of Europe, Bruges.

He is Full Professor at ISEG – School of Economics & Management, University of Lisbon – and Jean Monnet Chair of European Law. He was Visiting Professor at Brown University.

'Brexit. A Saída do Reino da União Europeia' (Actual, 2021) is his last book. He is the author of other books, including 'A Livre Circulação de Pessoas na Europa Comunitária' (Fragmentos, 1990), 'Repartição de Competências no Direito Comunitário' (Cosmos, 1996), 'A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia' (Coimbra Editora, 2002), 'A União Europeia' (Almedina, 2006), 'Direito & Política da União Europeia' (Appris, 2013) and 'Euro: e se a Alemanha sair primeiro?' (Temas e Debates, 2016).

He has also published several scholarly articles on European law & politics in refereed journals such as European Law Review, Liverpool Law Review, European Public Law, Perspectives on European Politics and Society, European Competition Law Review, Econômica, World Competition, European Societies, Juridical Tribune, Revista Brasileira de Política Internacional and Beijing Law Review.

Abstract

Após a saída do Reino Unido da UE, as partes encetaram negociações para definir o seu relacionamento futuro, tendo sido assinado o acordo de comércio e cooperação (ACC) no final de 2020.

O ACC representa um equilíbrio aceitável entre as partes nas questões negociais mais delicadas, com a UE a afirmar ter celebrado um acordo sem precedentes no seu historial e o Reino Unido a declarar que o ACC permite a recuperação da soberania.

O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA – PRR E OS DESAFIOS DA EUROPA DO EURO – A SITUAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA: ALGUNS TÓPICOS PARA UMA INTERVENÇÃO

João Costa Pinto, Banco de Portugal

Nota Biográfica

Licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, em 1974.

Exerceu funções de docência como professor convidado no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e na Universidade Católica do Porto, onde foi membro do Conselho Consultivo.

Actividade Profissional

Em 1973 entrou para os quadros do Banco de Portugal onde exerceu os cargos de Técnico Assessor, Diretor de Departamento, Consultor da Administração, Administrador (1993-1994) e vice-governador (1994-1996). Entre 2014 e 2018 foi Presidente do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal.

Foi Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional Ultramarino (BNU) entre 1988 e 1992, Presidente do Conselho de Administração do Banco de Comércio e Indústria (BCI)-Grupo Santander entre 1996 e 2000 e Presidente do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo (CCCAM) entre 2002 e 2012.

Outras Actividades

Exerceu funções como Secretário Adjunto para a Economia e Finanças do Governo de Macau de 19 de Junho de 1981 a 28 de Novembro de 1984, tendo sido condecorado, na sequência do exercício destas funções, por S.E. o Presidente da República Portuguesa, com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Foi Vice-Presidente da Associação Empresarial de Portugal, Membro do Comité Monetário da Comunidade Europeia em Bruxelas (1993- 1996), Membro do Comité de Alternates do Comité de Governadores dos Bancos Centrais Europeus - Frankfurt (1993-1997), Consultor do Banco Mundial.

Actualmente é Presidente Não Executivo do Conselho de Administração do Banco Português de Gestão (BPG), Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação Oriente, Membro Não Executivo do Conselho de Administração da FUTURO- Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Vogal da Direcção da CIP-Confederação Empresarial de Portugal.

Abstract

O choque pandémico que, a partir de 2020, se abateu sobre a Europa do euro veio acelerar problemas e desequilíbrios latentes desde a crise financeira de 2007/8.

Em particular, acentuou o já elevado nível de fragmentação estrutural resultante da existência de dois blocos distintos de economias com capacidades desiguais para responder ao choque pandémico – um bloco constituído pela Alemanha e pelas restantes economias excedentárias; o outro, pelas economias deficitárias/devedoras menos eficientes e menos competitivas.

Depois de alguma hesitação inicial, a Comissão Europeia lançou uma iniciativa que chamou – “*Next Generation EU*” – que conseguiu fazer aprovar pelos Países Membros, com o apoio directo da França e da Alemanha e que se propõe executar até 2027.

Como elemento central desta iniciativa a Comissão desenhou um programa a que chamou – “*Recovery and Resiliency Facility*” – dirigido tanto ao relançamento das economias atingidas pela pandemia, como à reorientação estratégica das economias europeias.

Uma avaliação destas iniciativas passa:

- por avaliar o montante global dos recursos a mobilizar no âmbito destes programas, à luz dos problemas e dos bloqueamentos que afectam as economias do euro;
- por ter presentes as grandes questões com que a Europa do euro e a EU estão confrontadas – entre as quais se destacam a arquitectura institucional, jurídico/regulamentar e operacional que suportam o euro e o modelo de *governance* da EU que “saiu” de Maastricht;
- por considerar o impacto do choque pandémico sobre o nível de fragmentação da Zona Euro e das suas implicações sobre as economias periféricas mais endividadas e menos eficientes.

Deste contexto resulta uma questão central – *O relançamento da actividade económica que o PRR se propõe impulsionar permitirá, só por si, ultrapassar os bloqueamentos com que a Europa do euro se debate?*

Em particular, as economias periféricas com estruturas produtivas pouco eficientes poderão retomar o caminho da convergência, sem uma reestruturação das suas dívidas?

Vai a Europa do euro ajustar as suas políticas orçamentais/fiscais de modo a assegurar uma adequada coordenação com a Política Monetária Única do BCE?

Vai implantar e institucionalizar mecanismos e operacionalizar instrumentos que lhe permitam reagir a choques sistémicos – em tempo útil – sem recorrer a soluções pontuais que dependem de difíceis e incertas negociações políticas? É possível esta institucionalização no quadro dos Tratados em vigor?

SEMINÁRIOS D ÓBIDOS '21

Tal como a acção do BCE durante a crise financeira, a iniciativa da Comissão Europeia com o PRR criou uma “janela temporal” para as decisões políticas que a complexa situação actual vai impor.

Na verdade, o PRR representa um esforço importante de um ponto de vista financeiro, mas permanecem por resolver questões cruciais para o futuro da Europa do euro. Para além disso, a iniciativa da Comissão reduziu a pressão sobre a Política Monetária Única – que até aqui prosseguia um “combate isolado” – alargando a margem de manobra do BCE para a “normalizar”.

Da Estratégia Global à Bússola Estratégica: a ambição do Ator Global europeu

Liliana Reis, IPRI-NOVA e UBI

Nota Biográfica

É professora auxiliar da Universidade da Beira Interior e directora da licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. É Doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do Minho e investigadora do IPRI/Nova.

Abstract

Depois da apresentação da Estratégia Global da União Europeia em 2016 sentiu-se a necessidade de operacionalizar os objectivos da UE e transformar a sua ambição em capacidades reais. É, precisamente, neste contexto que as Presidências do Conselho da Alemanha, Portugal, Eslovénia e França lançam para o período de 2020-2022 o projeto da Bússola Estratégica. Esta iniciativa pretende não apenas reavaliar a Política Comum de Segurança e Defesa, como também dotá-la de instrumentos e capacidades que possibilitem uma maior solidez e flexibilidade às suas missões/operações.

Nos últimos anos, foram criados vários instrumentos para melhorar a cooperação europeia no domínio da defesa, como a Revisão Anual Coordenada da Defesa (CARD), a Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) e o Fundo Europeu de Defesa (FED). A Bússola Estratégica instiga ao desenvolvimento de capacidades e parcerias para responder às atuais ameaças e desafios que se colocam à UE, no âmbito da PCSD e das suas prioridades estratégicas: resposta a conflitos e crises externas, apoio aos parceiros para proporcionar segurança à sua própria população e proteger a União e os seus cidadãos. O principal objectivo deste paper é, pois, avaliar o desenvolvimento da Bússola Estratégica no atual momento, aferindo os resultados do Diálogo estratégico em torno dos quatro pilares : gestão de crises, resiliência, desenvolvimento de capacidades e parcerias.

Palavras-Chave: Bússola Estratégica, PCSD, Capacidades, União Europeia

16 DE SETEMBRO DE 2021

POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

MODERAÇÃO: Nuno Severiano Teixeira, *IPRI/FCSH-NOVA*

Nota Biográfica

Professor Catedrático na Universidade Nova de Lisboa e Director do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa.

Doutorado em História das Relações Internacionais pelo Instituto Universitário Europeu, Florença e Agregado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa.

Foi Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa.

Foi Visiting Professor na Universidade Georgetown (2017/2019 e 2000) e Visiting Scholar na Universidade de Califórnia, Berkeley (2004) e Senior Visiting Scholar no Instituto Universitário Europeu, Florença (2010).

Tem obra publicada sobre história militar, história das relações internacionais, história da construção europeia e questões de política externa, segurança e defesa.

Serviu como Ministro da Administração Interna (2000/2002) e Ministro da Defesa (2006/2009) do governo português.

Foi Director do Instituto de Defesa Nacional (1996/2000).

RESILIÊNCIA, MATURIDADE E APROFUNDAMENTO: AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E ESPANHA ENTRE AS CRISES DO SÉCULO XXI

Patrícia Lisa, *Real Instituto Elcano*

Nota biográfica

Pós-graduada em Direito Europeu pelo King's College London. Investigadora do Real Instituto Elcano desde 2018 para as relações bilaterais com Portugal e temas europeus (institucionais, Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, política migratória, cidadania europeia). Coordenou, com o IPRI, os estudos para um [especial sobre as relações entre Espanha e Portugal](#), publicado na web do Elcano (2019). Publicou vários artigos neste âmbito no Elcano: [“La evolución de los sistemas políticos de España y Portugal: convergencias en la diferencia](#), com Ignacio Molina, ARI n. 49/2018, de 16 de abril; [“Las geringonças \(“artilugios”\) y los “Frankenstein”: convergencias y retos de gobernabilidad en Portugal y España ante los desafíos de la UE”](#), Comentario 38/2018, el 3 de julio 2018 e “Espanha y Portugal: convergencias, diferencias y sinergias”; “Portugal: resiliencia y madurez”, respectivamente, n.s 195 e 191 da revista espanhola *Política Exterior*. Coordenou a Secretaria Executiva da Rede Ibero-Americana de Estudos Internacionais (RIBEI), sediada no Instituto Elcano (2013-2018).

Foi assessora de vários membros do governo de Portugal e conduziu negociações internacionais em representação de Portugal na UE e nas Nações Unidas (2002-2013). Foi chefe da delegação em vários grupos de trabalho do Conselho da UE, membro das equipas para as presidências do Conselho da UE de Portugal em 2007 e de Espanha em 2010. Alumno do programa Bellevue patrocinado pela Fundação Bosch; membro do *Global Diplomacy Lab* patrocínio pelo Ministério Federal alemão dos Negócios Estrangeiros.

Abstract

Refletir sobre as relações entre Portugal e Espanha e sobre a política externa portuguesa com esse país no período de 2015-2021 conduz-nos ao ciclo político que se inaugurou em ambos em 2015 (eleições parlamentares em outubro em Portugal e em dezembro em Espanha) e que se entrecruzou com dois ciclos de crise e de recuperação. Primeiro, a recuperação da crise da eurozona e a necessidade comum de recuperar a confiança e o prestígio internacionais. Segundo, os desafios igualmente comuns, da gestão e configuração da recuperação da crise pandémica do COVID-19 do último ano e meio.

É esta trajetória das relações bilaterais luso-espanholas entre as crises do século XXI que abordaremos na nossa intervenção. Primeiro, enquadramos a relação nos eixos normalmente utilizados para a caracterizar: unidade e assimetria, dualidade e diferenciação e aumento exponencial das interdependências. Esta breve explanação, com a ajuda de

alguns dados, servirá para ilustrar os contornos da relevância que Espanha assume na política externa portuguesa na atualidade como um sócio de primeira linha.

Segundo, neste percurso enunciaremos, brevemente, as várias fases da relação hispano-lusa no período democrático para centrar-nos na sua evolução no presente ciclo.

A primeira fase, selou-se com o acordo sobre as bases da cooperação política, estabelecidas no Tratado de Amizade de 1978 e no seu Protocolo adicional de 1983, que rege as relações bilaterais até hoje. A segunda, nos anos 90, destaca pela afirmação dos dois países na construção de espaços próprios e autónomos no quadro europeu e global. Na Europa, a adesão às vanguardas da integração europeia (Schengen, euro, Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça). A nível global, a pertença ao espaço iberoamericano e o projeto da CPLP.

A terceira fase, vem madurando desde os alvares do século XXI. Os governos portugueses de António Guterres a Sócrates passando por Durão Barroso incluíram, por primeira vez, Espanha como uma “aliança preferencial” da política externa portuguesa. A crise da eurozona interrompeu momentaneamente estas dinâmicas, mas a divergência momentânea das estratégias para evitar o efeito contágio foi superada, provando a resiliência e a maturidade da relação. O novo ciclo iniciado em 2015 e a recuperação da crise do COVID-19 imprime novas tonalidades a esta trajetória.

Os efeitos da pandemia aceleram tendências geoeconómicas, geopolíticas e geosociais que já estavam em marcha. Ambos os países devem reenquadrar alianças e estratégias para fazer frente aos desafios globais e aproveitar a grande oportunidade que apresenta o Fundo de Recuperação e Resiliência europeu para redesenhar o “modelo de país”. Aos dois países se lhes exigirá, pelo menos, a mesma energia empreendedora da época da adesão ao clube europeu.

Num contexto internacional e europeu que oscila entre a solidariedade e a fratura há a responsabilidade acrescida e o dever de Portugal e de Espanha de confirmarem o perfil europeu de sócio fiável que têm vindo a construir nos últimos 35 anos. Devem igualmente provar que aprenderam as lições passadas. Entre elas, ao nível bilateral, haverá que tirar o máximo partido de uma cooperação que assenta na proximidade, lealdade e confiança e que resistiu a conjunturas críticas de grande envergadura nos últimos anos.

O fato dos marcos reguladores da cooperação de 1978 e 1983 estarem em processo de revisão são um indicador de que os dois países tomaram nota destas mudanças e das novas necessidades. Estão atentos ao enorme aprofundamento da relação bilateral em quase meio século de democracia e da sua crescente importância pelo aumento exponencial das interdependências e da comunhão de posições.

Numa relação que sempre se foi complexa e pouco linear, concluiremos a nossa exposição com a defesa de que a estabilidade relacional de hoje se deve mais aos exemplos de resiliência, maturidade e aprofundamento que às passadas competições e afastamentos. Como tal, devem ser tidos em conta nas respectivas políticas exteriores e no novo marco relacional em revisão.

UM RETRATO DA RELAÇÃO LUSO-CHINESA AO LONGO DOS SÉCULOS: A EVOLUÇÃO DO RELACIONAMENTO POLÍTICO E APROFUNDAMENTO DA DIPLOMACIA ECONÓMICA NA SEQUÊNCIA DA CRISE FINANCEIRA DE 2010

Teresa Cunha e Sá, *FCSH-NOVA*

Nota biográfica

É atualmente estudante do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais da Nova FCSH. Licenciada em Economia e Mestre em Finanças com Double Degree em Gestão Internacional pela Nova SBE, trabalhou ainda na EDP, onde passou pelos departamentos de Relação com Investidores e Desenvolvimento do Comércio Internacional.

Abstract

A relação luso-chinesa data do século XVI, com o crescimento das trocas comerciais que se foram estabelecendo entre o reino de Portugal e o império chinês. Esta relação passou por períodos de maior e menor intensidade, mas as duas nações estiveram sempre ligadas pela presença portuguesa em Macau até 1999, data em que o território foi devolvido definitivamente à RPC. O processo que deu azo a esta transição foi conduzido sem sobressaltos e as relações sino-portuguesas mantiveram o seu carácter positivo. Depois da saída portuguesa do território cantonês, as interações entre os dois países entraram num período de maior estagnação.

No advento da crise do Zona Euro, a situação gerada pelo colapso económico que levou à intervenção da Troika e os tempos que se seguiram, constituiriam o cenário ideal para que esta realidade se alterasse. Devido à necessidade absoluta de garantir fundos que ajudassem ao pagamento da dívida, Portugal viu-se forçado a estreitar os seus laços económicos com países fora da esfera transatlântica e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A China, com vastas reservas de capital, apresentou-se como um candidato credível para apoiar o caminho da recuperação económica Portuguesa.

Posteriormente, com a ascensão ao poder do Presidente Xi Jinping, a China mudou a sua postura no panorama internacional e, conseqüentemente, a sua atitude para com Portugal. Uma relação puramente económica passou também a ter contornos estratégicos, devido à inclusão de Portugal na iniciativa *Belt and Road*, projeto que molda a projeção do poder chinês na esfera internacional.

Portugal como país periférico da Europa, de economia débil, com uma forte vertente atlântica, e dispondo de uma posição privilegiada na relação com os PALOP representa um claro vetor desta política de penetração e expansão chinesa.

SEMINÁRIOS D ÓBIDOS '21

A saudável diplomacia política e estreitamento da relação económica entre Portugal e a China, baseada na parceria estratégica que envolve trocas comerciais, investimento e colaboração na iniciativa *Belt and Road*, não estão isentas de desafios futuros, sendo que o principal prende-se com a crescente rivalidade entre o parceiro económico asiático e o aliado tradicional de defesa e segurança americano. De um lado está a China, cada vez mais expressiva na projeção do seu poder internacional. Do outro, os Estados Unidos, um velho aliado cada vez mais assertivo na contenção da expansão do poder chinês. O futuro próximo será essencial para definir os contornos das relações com estas duas nações.

A CPLP NA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA: EVOLUÇÃO E DESAFIOS

Carmen Fonseca, *IPRI/FCSH-NOVA*

Nota biográfica

Investigadora e membro do Conselho Executivo do IPRI-NOVA. É Professora Auxiliar do Departamento de Estudos Políticos da FCSH/NOVA. Desde 2008 desempenha o cargo de chefe de redacção da revista *Relações Internacionais*. Em 2012 foi *Visiting Fellow* no Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro). Doutorada (2014) em Relações Internacionais pela FCSH/NOVA

Abstract

A criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, é o marco das relações contemporâneas de Portugal com os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), na sequência da democratização portuguesa e da descolonização dos territórios em África, ao mesmo tempo que cria um base de relacionamento adicional com o Brasil.

Na política externa portuguesa, a criação da CPLP confunde-se com a definição de uma política pós-colonial para África que ainda hoje permanece intermitente. Não raras vezes a alusão à CPLP é feita para referir a política africana de Portugal ou a política lusófona, cujos principais intervenientes, com exceção do Brasil e de Timor-Leste, se localizam predominantemente em África.

Com base na análise das intenções de Portugal expressas nos programas de governo e em discursos oficiais dos atores da política externa, é possível salientar que, mais do que um eixo ou uma prioridade da política externa portuguesa, a CPLP tem evoluído como um instrumento de Portugal – para chegar a África; para projetar, defender e promover a língua portuguesa; para reforçar o papel de Portugal, especialmente na União Europeia, enquanto interlocutor preferencial com África (ou, para se ser mais preciso, com aquele grupo de países africanos em particular), e, nos anos mais recentes, para consubstanciar interesses económicos.

AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E OS ESTADOS UNIDOS

Tiago Moreira de Sá, *IPRI/FCSH-NOVA*

Nota Biográfica

Doutorado em História das Relações Internacionais pelo ISCTE-IUL. Professor Associado na Universidade Nova de Lisboa. Investigador Integrado no Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA). Foi comentador residente no programa Olhar o Mundo, da RTP 3, e colunista no jornal Público.

Autor de vários livros: *Donald Trump: O Método no Caos*, Lisboa, Dom Quixote, 2018 (em co-autoria com Diana Soller), *Relações Portugal-EUA (1776-2015)*, Lisboa, Dom Quixote, 2016; *Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 20015; *Carlucci versus. Kissinger. The USA and the Portuguese Revolution*, Washington D.C., Lexington Books, 2011; *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Lisboa, Dom Quixote, 2011; *À Procura de um Plano Bilateral. A Fundação Luso-Americana e o Desenvolvimento de Portugal*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2010; *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2009; *Carlucci vs. Kissinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008 (em co-autoria com Bernardino Gomes); *Os Americanos na Revolução Portuguesa*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

Resumo

As relações entre Portugal e os Estados Unidos no século XXI acompanharam o quadro mais geral do relacionamento transatlântico. Este ficou marcado por ciclos de unidade e ciclos de crise, sendo possível identificar 4 grandes momentos.

- 1)O primeiro, que vai **do fim da Guerra Fria até à Guerra do Iraque**, caracterizou-se por uma **grande unidade**.
- 2)O segundo, que vai **da Guerra do Iraque à Estratégia de Segurança Nacional de 2006**, correspondeu a uma **grave crise** transatlântica.
- 3)O terceiro, que vai **de 2006 até à eleição de Donald Trump**, assinalou um **regresso à unidade**.
- 4)O quarto, dominado pela **Administração Trump**, conjugou **crise e indiferença**.

A tomada de posse Joe Biden em Janeiro de 2021 como 46º Presidente dos EUA pode representar uma grande oportunidade para a Aliança Atlântica, ainda que esse estudo tenha de ser deixado para depois, dado só terem passado sete meses de mandato.

17 DE SETEMBRO DE 2021

DEFESA NACIONAL

MODERAÇÃO: Helena Carreiras, IDN

Licenciou-se em Sociologia no ISCTE em 1987, tendo aí obtido o grau de mestre em 1994. Em 2004 doutorou-se em Ciências Sociais e Políticas no Instituto Universitário Europeu em Florença com uma tese sobre políticas de integração de género nas Forças Armadas dos países da OTAN.

Foi professora associada no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) nas áreas da Sociologia, Políticas Públicas, Segurança e Defesa e Metodologia da Pesquisa Social, e investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL). Em 1999 foi investigadora visitante no Departamento de Estudos sobre as Mulheres na Universidade da Califórnia em Berkeley, e em 2013 foi Professora Visitante no departamento de Governo da Universidade de Georgetown em Washington DC.

Ao longo da sua carreira desempenhou diversos cargos de direção. Entre 2010 e 2012 foi subdiretora do Instituto da Defesa Nacional e entre 2016 e 2019 dirigiu a Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL. Foi ainda subdiretora do CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (2015) e do IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (2018/2019). Participa ativamente em associações científicas e profissionais, tendo desempenhado os cargos de vice-presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (1994-1996) e do Comité de Pesquisa Forças Armadas e Resolução de Conflitos da Associação Internacional de Sociologia (2014/...), de membro da direção da Associação Europeia de Sociologia (2009/2013) e de presidente do ERGOMAS-European Research Group on Military and Society (2007-2019).

Foi membro do Conselho do Ensino Superior Militar (2011-2012), do Conselho Geral do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (2017-2019) e do Conselho Geral do Instituto Universitário Militar (2017/2020). As suas áreas de interesse e investigação centrais são Forças Armadas e Sociedade, Políticas Públicas de Segurança e Defesa, Sociologia do Género e Metodologia e Epistemologia das Ciências Sociais. Desenvolveu extensa pesquisa sobre o relacionamento entre Forças Armadas e sociedade, tendo-se debruçado, em particular, sobre o tema da integração feminina nas instituições militares.

É autora ou organizadora de 13 livros, 44 capítulos de livro e 26 artigos em revistas especializadas, de entre os quais podem destacar-se as obras *Gender and the Military. Women in the Armed Forces of Western Democracies* (Routledge, 2006), *Mulheres em Armas. A Participação Militar Feminina na Europa do Sul* (Cosmos e IDN, 2002), *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas* (Cosmos, 1997), *Qualitative Methods in Military Studies* (Routledge, 2013) e *Researching the Military* (Routledge, 2016).

PORTUGAL, A NATO E A CRISE DE TRANSIÇÃO INTERNACIONAL

Patricia Daehnhardt, *IPRI-NOVA*

Nota Biográfica

Investigadora Integrada do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA) e membro do Conselho Científico do Instituto. Tem um Doutoramento em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science sobre a política externa da Alemanha após a unificação. Foi membro da Coordenação da Secção de Relações Internacionais da Associação Portuguesa de Ciência Política (2012-2014), e Diretora da Secção de Relações Internacionais da Associação Portuguesa de Ciência Política (2014-2016). A sua investigação centra-se na política externa da Alemanha, Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia, NATO e segurança europeia, relações transatlânticas, a política das grandes potências Estados Unidos, Rússia, China e a ordem internacional.

Publicou vários artigos em revistas nacionais e internacionais. Entre as suas publicações contam-se “Portugal e a revisão do Conceito Estratégico da NATO” (com Carlos Gaspar), *Relações Internacionais*, IPRI-NOVA (2020); ‘Tectonic shifts in the party landscape? Mapping Germany’s party system changes’, in Marco Lisi (org). *Party System Change, the European Crisis and the State of Democracy*, Routledge (2019), “A erosão da comunidade de segurança transatlântica” (com Carlos Gaspar), *Nação e Defesa*, Instituto da Defesa Nacional (2019); ‘German foreign policy, the Ukraine Crisis, and the Euro-Atlantic order: Assessing the dynamics of Change’, *German Politics*, 2018; e ‘Germany’s Eastern Challenge and the Russia-Ukraine Crisis: A new Ostpolitik in the Making?’, com Vladimir Handl, *German Politics* (2018); ‘European Defence and German Defense Cooperation’, *Nação e Defesa*, IDN (2018) e “Os Estados Unidos e a Alemanha: os limites da ‘Partnership in Leadership’”, *Relações Internacionais* (2018).

Abstract

Num sistema internacional em continua crise de transição, associada à crescente competição entre os aliados transatlânticos, e a Rússia e a China, ao retraimento estratégico dos Estados Unidos, e às incertezas face ao futuro da defesa europeia, a NATO permanece a organização política e militar central para a política de defesa nacional de Portugal. Se por um lado a visita, do Presidente norte-americano Joe Biden à Europa e a cimeira da NATO em Bruxelas, em junho de 2021, confirmaram a vontade de revitalização da Aliança Atlântica, a forma como os Estados Unidos procederam à retirada militar do Afeganistão, dois meses depois, levanta novas questões na Aliança. Este artigo faz uma análise da posição de

SEMINÁRIOS D ÓBIDOS '21

Portugal na NATO, entre 2015 e 2021, a partir destas mudanças e com vista à adoção de novos conceitos estratégicos, para responder aos novos desafios e ameaças que a Aliança enfrenta nos próximos anos.

NOVOS E VELHOS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM MISSÕES DE PAZ

Francisco Proença Garcia, *IEP-UCP*

Nota Biográfica

Francisco Proença Garcia (TCor Reserva a seu pedido) é Professor Associado com Agregação no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, onde coordena os Programas Avançados e os Programas com Cabo-Verde e Moçambique; Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, e do Instituto Universitário Militar. Entre outras funções, foi representante nacional na Science and Technology Organization/NATO (2014-16), Adjunto do General-Chefe do Estado-Maior do Exército (2011-14); Conselheiro Militar junto da Delegação Portuguesa na NATO e da Agência Europeia de Defesa (2008-11), Oficial de Planeamento do Quartel-General do Comando do Setor Central da PKF/UNTAET em Timor-Leste (2001) e esteve em diversas outras missões em África, nomeadamente Moçambique e Angola.

Abstract

Peacekeeping, princípios e o que fazem. As principais missões. Portugal e as Peacekeeping das Nações Unidas. Principais desafios.

POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA: A EUROPEIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Ana Santos Pinto, IPRI/FCSH-NOVA

Nota Biográfica

Professora Auxiliar no Departamento de Estudos Políticos e Subdiretora Adjunta da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH), Investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA) e membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD). Entre 2018 e 2019, foi Secretária de Estado da Defesa Nacional do Governo português. Entre outras atividades profissionais, foi Investigadora Associada do Instituto de Defesa Nacional (Portugal, 2013-2018), desempenhou funções de Consultora de Investigação para a Organização das Nações Unidas no Projeto Aliança das Civilizações (2008-2010), foi assessora para as Relações Internacionais do Ministro da Defesa Nacional do XVII Governo Constitucional (2006-2009) e Assistente de Investigação no Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (2001-2003).

É Doutorada em Relações Internacionais pela Universidade NOVA de Lisboa; Mestre em História das Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL) e licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, pela Universidade NOVA de Lisboa. Tem como principais áreas de investigação académica as Identidades em Política Internacional, a Política Externa e de Segurança da União Europeia e geopolítica do Médio Oriente. Colabora, regularmente, com vários órgãos de comunicação social.

Abstract

A política de defesa europeia tem conhecido desenvolvimentos significativos ao longo da última década. Um conjunto de fatores cumulativos, com prioridade e importância distintas, apresentam-se como variáveis explicativas possíveis. Ao nível interno, na União Europeia, destacam-se as consequências da crise económica e financeira (2008-2014), a alteração das perceções de segurança dos cidadãos, as novas dinâmicas institucionais decorrentes da aplicação do Tratado de Lisboa e a saída do Reino Unido do projeto europeu (Brexit). Ao nível externo, a evolução das relações com os Estados Unidos da América, as crises na designada 'Vizinhança' europeia alargada e o posicionamento de potências como a Rússia e a China, impõem-se na definição do ambiente estratégico europeu.

É neste quadro que, após o repto "A Defesa Importa!" (*Defense matters*), lançado em 2013 pelo então Presidente do Conselho Europeu Van Rompuy, surge um conjunto de progressos em matéria de defesa na União Europeia, entre os quais se destacam: a criação da PESCO

(Cooperação Estruturada Permanente); a aprovação do Fundo Europeu de Defesa; a conceção da Análise Anual Coordenada de Defesa (CARD); a estruturação de uma Capacidade Militar de Planeamento e Condução (MPCC) e, ainda em curso, a definição de uma “Bússola Estratégica”, com o objetivo de orientar a futura ação da UE em matéria de segurança internacional.

Considerando estes avanços, considera-se pertinente compreender o seu impacto nas políticas de defesa dos Estados-membros da UE, e em particular em Portugal, recorrendo ao conceito de ‘europeização’.

A ‘europeização’ tem sido amplamente aplicada nos Estudos Europeus e em várias dimensões da integração europeia. Porém, a sua operacionalização concetual em matéria de Defesa Europeia tem-se sido, relativamente, limitada. Assim, esta apresentação pretende refletir sobre duas questões que se entendem essenciais: Em que consiste a europeização das políticas de Defesa? Quais as consequências desta europeização na política de defesa nacional? Para tal, argumenta-se que o processo de integração europeia é determinado por uma constante tensão entre a dimensão intergovernamental – preferências e interesses dos Estados-membros – e a dimensão comunitária (supranacional), com particular reflexo no papel e ação Comissão Europeia e Alta Representante/Serviço Europeu de Ação Externa. Os processos negociais que resultam nos desenvolvimentos acima referidos, demonstram esta tensão e concretizam-se através de arranjos institucionais baseados num denominador mínimo comum, que visam ultrapassar os obstáculos que permanecem, com destaque para as diferentes interpretações relativas à Soberania/Autonomia Estratégica da UE; criação de um ‘Exército Europeu’ e as Relações UE-NATO, que mantêm fraturas e limitam o aprofundamento da integração.

Em matéria de política de defesa nacional, que procura equilibrar a dimensão atlantista e europeísta da política externa portuguesa, o impacto dos avanços na Política Comum de Segurança e Defesa verificam-se, em especial, na prioridade atribuída ao desenvolvimento do setor industrial e empresarial da defesa (pela importância dos avanços tecnológicos e necessidade de desenvolvimento de capacidades), na necessidade de rentabilizar o investimento nas Forças Armadas (considerando a disponibilização de meios e recursos em várias missões internacionais) e na crescente socialização de vários setores da defesa nacional no contexto institucional da UE, com impacto nas relações civis-militares e na diversificação temática das áreas consagradas na política pública de defesa.